

MERCANTIL

COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações Financeiras Individuais

Dezembro de 2024

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício findo em dezembro de 2024.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Em 2024, o PIB alcançou evolução da ordem de 3,5%. Para 2025, projeções recentes apontam para desaceleração da atividade econômica, com crescimento anual do PIB da ordem de 2,1%.

Em 2024, as pressões inflacionárias intensificaram-se e o IPCA registrou elevação de 4,83%, ante 4,62% em 2023. Nesse contexto, a taxa de juros Selic passou a ser ajustada gradativamente e alcançou 12,25% ao ano em dezembro de 2024, com tendência de alta.

CONTEXTO CORPORATIVO E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é controlada da Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A., controlada do Banco Mercantil e tem como objeto social a securitização de créditos financeiros no Sistema Financeiro Nacional.

O Ativo total é de R\$ 27,9 milhões e está representado, basicamente, por ativos financeiros.

O passivo soma R\$ 505,0 mil e está composto, sobretudo, por obrigações sociais, estatutárias e passivos fiscais correntes. O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 27,4 milhões e apurou-se Lucro Líquido de R\$ 1,3 milhão.

Belo Horizonte, fevereiro de 2025.

Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
COSEFI - Companhia Securitizadora de
Créditos Financeiros

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

COSEFI - Companhia Securitizadora de
Créditos Financeiros

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.




COSEFI - Companhia Securitizadora de
Créditos Financeiros

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em R\$ mil

A T I V O	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		5	9
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	4	27.897	26.364
ATIVOS FISCAIS	5.1	16	779
OUTROS ATIVOS		-	10
TOTAL DO ATIVO		27.918	27.162
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVOS FISCAIS		72	200
OUTROS PASSIVOS	6	432	483
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.414	26.479
Capital Social	7.1	18.408	18.408
Reservas de Capital	7.2	3.955	3.955
Reservas de Lucros	7.2	5.051	4.116
Reserva Legal		369	302
Reservas Estatutárias		4.682	3.814
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.918	27.162

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em R\$ mil

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		1.986	2.389
Despesas de Pessoal	10.1	(360)	(351)
Despesas Administrativas	10.2	(343)	(344)
Despesas Tributárias	10.3	(134)	(167)
Outras Receitas Operacionais	10.4	2.827	3.251
Outras Despesas Operacionais		(4)	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.986	2.389
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5.2	(651)	(799)
Provisão para Imposto de Renda		(469)	(581)
Provisão para Contribuição Social		(182)	(218)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.4	1.335	1.590
Número de Ações em Circulação	7.1	57.075.642	57.075.642
Lucro Líquido por Ações (em reais)		0,0234	0,0279

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.335	1.590
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	1.335	1.590

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em R\$ mil

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS		
SALDOS EM 31/12/2022	18.408	3.955	223	2.760	-	25.346
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.590	1.590
Destinações:						
Reservas	-	-	79	1.054	(1.133)	-
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	(457)	(457)
SALDOS EM 31/12/2023	18.408	3.955	302	3.814	-	26.479
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	-	79	1.054	-	1.133
SALDOS EM 31/12/2023	18.408	3.955	302	3.814	-	26.479
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.335	1.335
Destinações:						
Reservas	-	-	67	868	(935)	-
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	(400)	(400)
SALDOS EM 31/12/2024	18.408	3.955	369	4.682	-	27.414
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	-	67	868	-	935

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em R\$ mil

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.986	2.389
(Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	(1.533)	(1.046)
Redução (Aumento) nas Contas de Outros Ativos	763	(91)
Redução (Aumento) nas Contas de Outros Valores e Bens	10	(10)
(Redução) nos Outros Passivos	(221)	(105)
Caixa Gerado nas Operações	1.005	1.137
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(552)	(715)
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais	453	422
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(457)	(423)
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(457)	(423)
(REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4)	(1)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	9	10
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	5	9
(REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4)	(1)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A (Controlador) em conjunto com suas subsidiárias integrais Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. e Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A., que em conjunto são detentoras de 100% das ações da empresa, com sede à rua Rio de Janeiro nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil e local principal de negócios o escritório situado na Avenida do Contorno, 5800 – 14º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais, possui como objeto social a securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento; sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimo, dentre outras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com o CPC 26, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 3.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da COSEFI em 26/02/2025.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

b) Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros estão classificados por natureza nas seguintes categorias do balanço patrimonial, em conformidade com o CPC 48 e regulamentação complementar:

- Ativos financeiros ao custo amortizado - compreendem os ativos financeiros que de acordo com o modelo de negócios são adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros. São mensurados pelo custo adotando-se o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - compreendem os ativos financeiros que de acordo com o modelo de negócios são adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais ou pela sua venda. São mensurados pelo valor justo em contrapartida com o Patrimônio Líquido.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - contemplam as operações que não foram classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. São mensurados pelo valor justo em contrapartida com o resultado.
- Passivos financeiros ao custo amortizado - são mensurados ao custo, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais serão mensurados ao valor justo.
- Passivos financeiros ao valor justo - são, inicialmente, mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos estimados de transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

De acordo com o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 4.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Um ativo financeiro é considerado não recuperável e, portanto, seu valor contábil é ajustado, com base na classificação interna de riscos, para refletir o efeito da não recuperação quando houver evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável.

c) Impostos e Contribuições

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável trimestral excedente a R\$ 60. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9,00% sobre o lucro tributável. Impostos diferidos provenientes de diferenças intertemporais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a legislação vigente.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

e) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas, em conformidade com o CPC 47, são reconhecidas quando satisfeitas as condições contratuais de transferência do bem ou serviço. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) a empresa obtiver o controle desse ativo. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da entidade. O resultado é apropriado pelo regime de competência, líquido dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

f) Lucro por ação

O Resultado por ação básico é apresentado pela divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício de acordo com o CPC 41.

g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como Valor justo dos ativos e passivos financeiros.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Referem-se às aplicações em CDB (Certificado de Depósitos Bancários) que possuem remuneração vinculada à variação do certificado de depósito interbancário – CDI, cujos rendimentos são registrados em Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.

O valor de custo dos ativos é igual ao valor justo e o vencimento dos títulos é conforme segue:

Vencimento	Dez / 2024	Dez / 2023
CDB		
Até 1 ano	24.606	-
De 1 a 2 anos	2.487	-
De 2 a 3 anos	804	24.111
De 3 a 4 anos	-	2.253
Total	27.897	26.364

As mensurações ao valor justo dos títulos são classificadas no nível 2 da hierarquia de valor justo.

5. ATIVOS FISCAIS

5.1. Correntes

Referem-se, basicamente, aos créditos a compensar decorrente de imposto de renda retido na fonte e, em 2023, a saldos credores de IRPJ apurados em exercícios anteriores, observado o prazo prescricional para requerimento de ressarcimento.

5.2. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Resultado antes dos impostos	1.986	2.389
Imposto de Renda e Contribuição Social	(675)	(812)
Ajustes no cálculo dos tributos	24	13
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(651)	(799)

6. OUTROS PASSIVOS

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Sociais e Estatutárias	401	457
Credores Diversos	8	-
Outros – Valores a Pagar a Ligadas	23	26
Total – Circulante	432	483

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital social

O capital social é de R\$ 18.408 e está representado por 57.075.642 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

7.2. Reservas de capital e de lucros

- a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.
- b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.
- c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

7.3. Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido.

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Lucro líquido dos exercícios	1.335	1.590
(-) Reserva legal	(67)	(79)
Base de cálculo ajustada	1.268	1.511
Dividendos deliberados ou provisionados	400	457
Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo ajustada	31,5%	30,2%

7.4. Lucro por ação

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Número médio e final de ações ordinárias	57.075.642	57.075.642
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	57.075.642	57.075.642
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	1.335	1.590
Lucro básico por ação	0,0234	0,0279

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e resultados das operações com partes relacionadas são como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Ativos	27.902	26.373
Caixa e equivalente de caixa – (Mercantil)	5	9
Instrumentos financeiros – (Mercantil)	27.897	26.364
(Passivos)	(424)	(483)
Sociais e estatutárias (vide nota nº 6.1.) – (MBMKTP/BEM AQUI/Mercantil)	(400)	(457)
Outros valores a pagar às sociedades ligadas – (Mercantil)	(24)	(26)
Receitas / (Despesas)	2.459	2.844
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários– (Mercantil)	2.753	3.154
Outras Despesas Administrativas (vide nota nº 10.2.) – (Mercantil)	(294)	(310)

Mercantil - Banco Mercantil

MBMKTP - Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.

BEM AQUI - Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.

9. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos membros da Diretoria Executiva da COSEFI, conforme previsto no Estatuto Social.

O gasto com a remuneração dos administradores foi aprovado em AGO realizada em 30 de abril de 2024, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 300.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, por honorários de Diretoria (vide nota nº 10.1.).

Até 31 de dezembro de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

10. RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

10.1. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Remuneração dos administradores	276	276
Encargos sociais	62	62
Benefícios	22	13
Total	360	351

10.2. Despesas administrativas

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Serviços de terceiros	12	12
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	294	310
Outras despesas administrativas	37	22
Total	343	344

⁽¹⁾ Refere-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao Controlador pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

10.3. Despesas tributárias

Referem-se, basicamente, às contribuições de PIS e COFINS calculadas sobre a receita bruta.

10.4. Outras receitas operacionais

Outras Receitas Operacionais	Dez / 2024	Dez / 2023
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (vide nota nº 4.)	2.753	3.154
Variações Monetárias Ativas	58	86
Recuperação de Encargos e Despesas	16	11
Total	2.827	3.251

11. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

Na COSEFI, a gestão dos riscos de crédito, operacional, de liquidez, de mercado e socioambiental é centralizada no Controlador. É realizada de forma contínua e apoiada em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento, além de utilizar modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração. Informações mais detalhadas estão disponíveis no site (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, inexistem riscos de ordem tributária, trabalhista ou cível que demandem divulgação.

COSEFI – COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

DIRETORIA

Virgílio Horácio de Paiva Abreu – Diretor-Presidente
José Alencar da Cunha Neto - Diretor Executivo
José Aloísio Martins Alves - Diretor Executivo
Rita de Cássia Pimenta de Araújo - Diretora Executiva
Waldemar Victor de Miranda - Diretor Executivo

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC-MG nº 077029/0-7